

Ambiente

Governo usa R\$ 600 mi do Fundo Amazônia para zerar desmate até 2030

estadaodigital#wsmuniz30@gmail.com

Programa foca em desenvolvimento sustentável e no combate a desmate e a incêndios florestais em 70 municípios

O governo federal pretende utilizar grande parte dos recursos do Fundo Amazônia para tentar cumprir a meta de zerar o desmatamento até 2030. O programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia, lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva anteontem, prevê a aplicação de R\$ 730 milhões em desenvolvimento sustentável e no combate a desmatamento e incêndios florestais em 70 municípios considerados prioritários.

Os recursos terão como origem o Fundo Amazônia (R\$ 600 milhões) e o programa Floresta+ (R\$ 130 milhões), ação do Ministério do Meio Ambiente para criar, fomentar e consolidar o mercado de serviços ambientais. “Precisamos cuidar da maior reserva florestal do mundo, que está sob a nossa guarda, e tentar fazer do cuidado dessa reserva florestal uma forma de melhorar não apenas

‘Temos 2 anos para salvar o mundo’, diz secretário da ONU

O secretário executivo da ONU para mudanças climáticas, Simon Stiell, alertou ontem, em Londres, que os próximos dois anos serão “essenciais” para salvar o planeta e disse que o G-20 (as maiores economias do mundo) deve estar no “centro da solução”.

Em um discurso no Royal Institute of International Affairs, mais conhecido como Chatham House, Stiell observou, entre outros fatores, que embora entenda que as contribuições nacionais para

o clima – os chamados NDCs – “difícilmente reduzirão as emissões até 2030, ainda há uma chance de fazer com que os gases de efeito estufa diminuam, com uma nova geração de planos”. “Mas precisamos desses planos mais fortes agora”, acrescentou.

O Brasil, como sede da COP-30, tem papel vital a desempenhar para dar início às medidas ambiciosas que são necessárias, disse ele. “O próprio Brasil também está testando novas maneiras de reduzir os custos excessivos de empréstimos para energia limpa, o que poderia funcionar para outros países em desenvolvimento.”

● COM INFORMAÇÕES DA AGENCIA EFE

a qualidade da prefeitura e do povo, mas melhorar as condições financeiras da cidade”, disse o presidente.

Segundo o Planalto, os municípios já em condições de participar da iniciativa foram responsáveis por cerca de 78% do desmatamento no bioma no ano de 2022. Dos 70 prioritários, 53 já aderiram ao programa. Eles são responsáveis por 59% do desmatamento na

Amazônia. Os 17 restantes ainda podem firmar o termo de adesão até 30 de abril. Para aderir ao programa, é necessário que o termo seja assinado pelo prefeito do município e ratificado por pelo menos um vereador – de preferência, o presidente da Câmara. “Em até 90 dias, ao menos um deputado estadual e um deputado federal ou senador do Estado devem declarar por escrito apoio

à adesão do município”, informou o Planalto.

COMO SERÃO DISTRIBUÍDOS OS RECURSOS. A lógica adotada para a destinação dos recursos às prefeituras é a de pagamento por performance. Assim, quanto maior a redução anual do desmatamento e da degradação, maior será o valor investido. O parâmetro será o sistema de monitoramento Prodes, do Inpe. O Prodes calcula a taxa anual de desmatamento, medida de agosto de um ano a julho do ano seguinte. Para 2024, será considerado o índice calculado entre agosto de 2022 e julho de 2023.

Entre os compromissos para as prefeituras está a existência de uma secretaria municipal responsável por políticas de meio ambiente ou sustentabilidade e a realização de reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente em até 90 dias, com participação de representantes da sociedade. Está prevista também a criação de uma Comissão de Coordenação e Monitoramento do Programa União com Municípios, que determinará novos períodos de adesão ao programa. “A comissão será responsável por monitorar a implementação do programa, decidir medidas de aprimoramento, propor novos critérios de elegibilidade e decidir sobre a repartição de recursos e novos aportes”, afirmou o Planalto.

Como admitiu o presidente na cerimônia, também será necessário viabilizar e potencializar os ganhos daqueles que lucraram por meio da preservação da floresta. “Muita gente vê floresta e rios de forma separada. Temos de ver que ali moram

pessoas que precisam de saúde, educação e condições de trabalhar”, disse o presidente. “Precisamos fazer as pessoas compreenderem que manter a floresta de pé é um ganho econômico às vezes muito maior do que um rebanho de gado. Não que não seja necessário criar gado. Mas o gado pode ser criado em um lugar onde não seja preciso derrubar floresta.”

estadaodigital#w

Marina Silva
Ministra destacou que é preciso tornar a floresta mais rentável em pé do que se for derrubada

O Planalto informa que as metas incluem a implementação de escritórios de governança, no primeiro ano do programa, nos 53 municípios prioritários que já declararam adesão. Estão previstas também ações de regularização ambiental e fundiária em glebas públicas federais não destinadas. Além disso, devem ser criadas ao menos 30 brigadas municipais de prevenção e combate a incêndios florestais.

MANEJO SUSTENTÁVEL. De acordo com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, os mais de R\$ 700 milhões previstos em recursos são apenas o começo. “Só vamos conter (desmate) quando manter a floresta em pé for mais rentável e mais vantajoso do que derrubá-la”, disse. “Só assim garantiremos que aquele que é um produtor ou um industrial da madeira garanta ter trabalho para filhos, netos e bisnetos.”

● COM INFORMAÇÕES DA AGENCIA BRASIL

‘A Braskem tem culpa’, diz diretor em CPI

Primeiro representante da Braskem ouvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que investiga a empresa, o diretor Marcelo Arantes reconheceu ontem a culpa da empresa pelo afundamento de bairros da capital de Alagoas que causou o deslocamento de, ao menos, 40 mil pessoas.

“A Braskem tem a sua culpa nesse processo e nós assumimos a responsabilidade por isso”, afirmou ele. “Não é à toa que todos os esforços da companhia têm sido colocados para reparar, mitigar e compensar todo o dano causado.”

O relator da CPI, senador Rogério Carvalho (PT-SE), ressaltou que essa foi a primeira vez que um representante da Braskem assumiu a responsabilidade pe-

lo que ocorreu em Maceió. “Isso é algo importante e foi dito pelo próprio representante da Braskem”, destacou.

Impacto na cidade
O afundamento de bairros da capital de Alagoas causou o deslocamento de, ao menos, 40 mil pessoas

Na maior parte do depoimento, entretanto, Arantes, diretor global de pessoas, comunicação, marketing e relações com a imprensa da petroquímica, não respondeu às perguntas feitas na sessão, se limitando a falar que desconhecia a informação. A falta de respostas irritou o presidente da CPI, o senador Omar Aziz (PSD-AM). “O senhor não é Diretor Global de Pessoas e tal? Deve saber. ●

PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER
PAPER: 60% FIBRA DE CASHMERE
PRESSE: 27% FIBRA DE CASHMERE
CORREÇÃO: 3% FIBRA DE CASHMERE

pressreader

UNIVERSIDADE
CORPORATIVA
SECOVISP

Informe Político

Journalista Responsável: Sílvia Carneiro - MTB 19.466

Ano 19 - Nº 174 - Abril/2024

www.unisecovi.com.br

Curso da UniSecovi oferece visão geral sobre administração predial

Manutenção é fundamental para um edifício. Garante seu funcionamento, evita despesas extraordinárias, preserva a segurança e a saúde dos condôminos. E mais: preserva o valor do bem imóvel que, para grande parte da sociedade, é o patrimônio de maior valor que se pode ter.

Oferecer uma visão geral dos serviços de manutenção é o objetivo do curso **Serviços periódicos no condomínio – discriminação, fundamentação legal e normativa, prazos e obrigatoriedade**, que a UniSecovi realiza de 21 a 28 de maio. Nas modalidades presencial ou online, seu público-alvo é composto por síndicos, administradores, gerentes de condomínio, gestores patrimoniais, empresas e prestadores de serviços para condomínios.

Especialista compartilha conhecimentos técnicos, legais e normativos. Fala de obrigações e compromissos que recaem sobre administradoras e gestores, inclusive por determinação de legislações das esferas federal, estadual e municipal.



Conhecimentos técnicos e legais são imprescindíveis para quem atua na operação de condomínios residenciais

Além disso, orientam sobre critérios a serem observados na contratação de empresas e profissionais.

Esses conhecimentos serão cada vez mais demandados. Conforme o último Censo do IBGE (2022), 12,5% da população brasileira passou a residir em apartamentos. Um aumento expressivo, pois, em 2020, esse percentual era de 8,5%. E a tendência é de mais pessoas vivendo nesse tipo de domicílio, principalmente nos grandes centros urbanos, razão pela qual aqueles que estiverem bem preparados têm pela frente um mercado formidável de trabalho. Para mais informações, acesse o QR Code.

